



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ÉVERSON VICTOR GOMES DA CONCEIÇÃO

**ENTRE EXCLUSÃO E PRESENÇA: A INSERÇÃO DO NEGRO NO FUTEBOL
PERNAMBUCANO EM 1915.**

RECIFE, 2026

ÉVERSON VICTOR GOMES DA CONCEIÇÃO

**ENTRE EXCLUSÃO E PRESENÇA: A INSERÇÃO DO NEGRO NO FUTEBOL
PERNAMBUCANO EM 1915.**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Departamento de História, da Universidade Federal
Rural de Pernambuco, como pré-requisito da
finalização da disciplina TCC II e obtenção de grau no
curso de Licenciatura Plena em História.**

Orientadora: Profa. Dra. Maria Emília Vasconcelos

RECIFE, 2026

Éverson Victor Gomes da Conceição

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado ao Departamento de História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como pré-requisito da finalização da disciplina TCC II e obtenção de grau no Curso de Licenciatura Plena em História.

Banca Examinadora

.....

Profa. Dra. Maria Emília Vasconcelos dos Santos
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de História

.....

Prof. Dr. Israel Ozanam de Souza Cunha
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de História

.....

Prof. Dr. Eduardo José Silva Lima
Universidade Estadual do Tocantins
Departamento de História

Recife, 29 de maio de 2026.

SUMÁRIO

Resumo	5
Abstract.....	5
Introdução.....	6
1. Recife no início do século XX: Processo de modernização no pós-abolição	7
1.1 Esportes de prestígio: turfe, remo e a chegada do futebol ao Recife	11
1.2 Lacraia: primeiro jogador negro no futebol institucionalizado em Pernambuco	14
2. Formação dos clubes de futebol em Recife	16
2.2 Institucionalizado: primeiro campeonato pernambucano de futebol.....	18
3. Barreiras de exclusão no futebol	21
3.1 Racismo estrutural no futebol: herança do passado e persistência no presente ...	23
Considerações Finais	25
Referências	26
Acervos Documentais.....	29
Anexo – Diretrizes para Autores da Revista Rural & Urbano.....	29

Entre exclusão e presença: a inserção do negro no futebol pernambucano em 1915.

Between exclusion and presence: the inclusion of black people in Pernambuco football in 1915.

Resumo

Este trabalho analisa a inserção de jogadores negros no futebol institucionalizado pernambucano nas primeiras décadas do século XX, tomando como eixo central a trajetória de Teófilo Batista de Carvalho, o “Lacraia”, considerado o primeiro jogador negro do futebol recifense. A pesquisa parte da compreensão de que a modernização urbana do Recife, no pós-abolição, esteve articulada à manutenção de hierarquias sociais e raciais que também se refletiram nos espaços esportivos. Nesse sentido, o futebol é compreendido não apenas como prática de recreação, mas como espaço de distinção social, construção de identidades e reprodução de mecanismos de exclusão. O trabalho dialoga com autores da História Social do Trabalho, da História do Esporte e dos estudos raciais, como Victor Andrade de Melo, Leonardo Affonso de Miranda Pereira, Álvaro Pereira Nascimento e Lia Schucman, buscando compreender como raça, classe e escolarização condicionaram o acesso ao futebol institucionalizado. A pesquisa utiliza jornais da época, memorialistas e produção historiográfica especializada para analisar tanto a formação dos clubes e da Liga Sportiva Pernambucana quanto as barreiras impostas à população negra nos espaços esportivos. Conclui-se que a inserção de atletas negros no futebol pernambucano ocorreu de forma seletiva e desigual, marcada por tensões entre presença, invisibilização e reconhecimento histórico.

Palavras-chave: Futebol pernambucano; Pós-abolição; Modernização; Racismo estrutural; Lacraia; Liga Sportiva Pernambucana; História do esporte.

Abstract

This study analyzes the insertion of Black players into institutionalized football in Pernambuco during the early decades of the twentieth century, focusing on the trajectory of Teófilo Batista de Carvalho, known as “Lacraia”, considered the first Black football player in Recife. The research is based on the understanding that the urban modernization of Recife in the post-abolition period was closely linked to the maintenance of social and racial hierarchies, which were also reflected in sporting spaces. In this sense, football is understood not merely as a leisure activity, but as a space of social distinction, identity construction, and reproduction of exclusionary mechanisms. The study engages with authors from Social History of Labor, Sports History, and racial studies, such as Victor Andrade de Melo, Leonardo Affonso de Miranda Pereira, Álvaro Pereira Nascimento, and Lia Schucman, seeking to understand how race, class, and educational background conditioned access to institutionalized football. The research draws

on newspapers from the period, memorialists, and specialized historiography to analyze both the formation of football clubs and the Liga Sportiva Pernambucana, as well as the barriers imposed on the Black population within sporting spaces. The study concludes that the inclusion of Black athletes in Pernambuco football occurred in a selective and unequal manner, marked by tensions between presence, invisibility, and historical recognition.

Keywords: Pernambuco football; Post-abolition; Modernization; Structural racism; Lacaia; Liga Sportiva Pernambucana; Sports history.

Introdução

O futebol brasileiro consolidou-se, ao longo do século XX, como um dos principais elementos da cultura nacional. Entretanto, sua formação histórica esteve profundamente vinculada às hierarquias sociais e raciais produzidas no pós-abolição. Nas primeiras décadas da República, o futebol constituiu-se como uma prática associada às elites urbanas, funcionando como espaço de sociabilidade, distinção social e difusão de valores ligados à modernidade europeia. Nesse contexto, a presença da população negra nesses ambientes ocorreu de forma desigual e marcada por múltiplas barreiras sociais e raciais.

A presente pesquisa analisa a inserção de jogadores negros no futebol institucionalizado pernambucano, tomando como eixo central a trajetória de Teófilo Batista de Carvalho, conhecido como Lacaia, apontado como o primeiro jogador negro do futebol recifense. Mais do que reconstruir uma trajetória individual, o trabalho busca compreender como o processo de modernização urbana do Recife, articulado às permanências das desigualdades raciais do pós-abolição, condicionou o acesso da população negra aos espaços esportivos no início do século XX.

Do ponto de vista teórico e metodológico, a pesquisa dialoga com diferentes campos historiográficos. Na História do Esporte, utilizam-se especialmente as contribuições de Victor Andrade de Melo, Leonardo Affonso de Miranda Pereira e Eduardo José Silva Lima, autores que analisam o futebol enquanto prática social atravessada por distinções de classe, projetos de modernidade e disputas simbólicas. Já no campo da História Social do Pós-Abolição, o trabalho aproxima-se das reflexões de Álvaro Pereira Nascimento, Sylvia Couceiro e Jônatas Lins Duarte, fundamentais para compreender as transformações urbanas do Recife e os mecanismos de marginalização da população negra no período republicano.

Além disso, a pesquisa também estabelece diálogo com os estudos raciais contemporâneos, sobretudo a partir das contribuições de Lia Schucman acerca do conceito de branquitude. Tal abordagem permite compreender como o futebol institucionalizado reproduziu padrões de exclusão racial associados à valorização de determinados códigos sociais, culturais e estéticos vinculados às elites brancas urbanas. Nesse sentido, o conceito de *sportsmen* aparece como categoria central para interpretar os critérios de pertencimento e legitimidade presentes nos clubes esportivos das primeiras décadas do século XX.

As fontes mobilizadas incluem periódicos da época, especialmente jornais disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, além de memorialistas, estatutos esportivos e produção bibliográfica especializada. A utilização dessas fontes possibilita analisar tanto os discursos produzidos sobre o futebol quanto as formas de invisibilização e silenciamento da presença negra na memória esportiva pernambucana.

Estruturalmente, o trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro discute o contexto do Recife no pós-abolição, o processo de modernização urbana e a introdução dos esportes de prestígio, culminando na chegada do futebol à cidade e na análise da trajetória de Lacerda. O segundo capítulo aborda a formação dos clubes esportivos e a institucionalização do futebol pernambucano a partir da criação da Liga Sportiva Pernambucana e do primeiro campeonato estadual. Por fim, o terceiro capítulo analisa as barreiras de exclusão racial presentes no futebol brasileiro, articulando o debate histórico às permanências do racismo estrutural no esporte contemporâneo.

Dessa forma, a pesquisa procura contribuir para os estudos sobre futebol e relações raciais no Brasil, evidenciando que a inserção da população negra no esporte não ocorreu de maneira linear ou democrática, mas por meio de processos marcados por disputas, seletividades e permanências históricas de exclusão.

1. Recife no início do século XX: Processo de modernização no pós-abolição

Esta seção analisa o contexto do pós-abolição na cidade do Recife, nas primeiras décadas do século XX, com ênfase nas transformações urbanas associadas aos projetos de modernização e seus impactos sobre a população negra. Parte-se do problema central desta pesquisa — a inserção de jogadores negros no futebol institucionalizado marcado por barreiras sociais e raciais — para compreender como tais transformações, longe de promover uma inclusão ampla, produziram formas de acesso restrito e desigual. O eixo analítico que orienta a

seção centra-se, portanto, na relação urbanização, hierarquias raciais e marginalização social, evidenciando como esses processos condicionaram, de maneira seletiva, a presença de pessoas negras em diferentes esferas da vida urbana, inclusive no esporte. A abolição da escravidão em 13 de maio de 1888¹ não representou a integração efetiva da população negra à sociedade brasileira, mas inaugurou um período marcado pela reconfiguração das formas de exclusão social e racial no Brasil. No Recife, esse processo se articulou diretamente às transformações urbanas das primeiras décadas do século XX, quando a modernização da cidade passou a redefinir tanto o espaço urbano quanto as formas de sociabilidade, aprofundando desigualdades já existentes.

No contexto do pós-abolição, a ausência de políticas públicas voltadas à inserção dos ex-escravizados manteve a população negra em condições precárias de existência. Sem acesso à terra e a empregos formais, muitos foram empurrados para o trabalho informal e para ocupações subalternas, como serviços domésticos e biscates², marcadas por baixos salários e instabilidade. A inserção do trabalhador negro no mercado de trabalho ocorreu de forma desigual, sendo historicamente associado a funções desvalorizadas e com pouca possibilidade de ascensão social. Segundo, as educadoras Anna Carolina de Carvalho Rocha (2021) e Erika Cristina Silva Alves (2021), dentre outros fatores, uma das causas dessa subalternização e precarização do trabalho para pessoas negras, se dava por conta da inércia do Estado em promover políticas públicas educacionais voltadas a estes grupos. Ainda que existisse um decreto, datado de 1878, que permitia o acesso de pessoas negras ao ensino primário e secundário, na prática, o letramento desse grupo permanecia limitado e excludente, marcado por barreiras estruturais que dificultavam sua efetiva inclusão escolar, e consequente, inserção social e econômica. (Rocha, A; Alves, E., 2021, p. 4)

Paralelamente, na visão de Silvia Campos Paulino (2020) e Rosane Oliveira (2020) o Estado lançou mão de mecanismos de controle social que atingiram diretamente essa população afrodescendente. A criminalização da vadiagem, prevista no Código Penal de 1890³, funcionou

¹ A abolição da escravidão no Brasil foi o processo histórico que culminou no fim legal da escravidão africana e afro-brasileira, oficializando pela Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. Contudo, a liberdade jurídica dos escravizados não foi acompanhada por políticas de inclusão social, econômica e educacional, perpetuando desigualdades raciais estruturais na sociedade brasileira.

² Trabalhos informais, temporários e de baixa remuneração, geralmente realizados sem vínculo empregatício formal, constituindo uma alternativa de subsistência para grupos socialmente marginalizados.

³ Primeira legislação penal da República brasileira. Substituiu o código criminal do Império de 1830 e refletiu os ideais republicanos da época, mantendo, porém, forte caráter repressivo e moralizador. Entre suas disposições,

como aparelho repressivo e ideológico do Estado para a manutenção das hierarquias residuais do sistema escravocrata (Paulino, S; Oliveira, R., 2020, p 96). Dessa forma, observamos que a liberdade jurídica conquistada com a abolição não se traduziu em cidadania plena, sendo substituída por novas formas de controle e marginalização.

É nesse cenário que se insere o processo de modernização do Recife. Conforme destaca Sylvia Costa Couceiro (2003) no fragmento a seguir:

Em princípios do século XX, a implantação no Recife de melhoramentos urbanos nos setores de infra-estrutura e salubridade, como o calçamento das principais ruas, a coleta regular de lixo, a iluminação, o ajardinamento de praças, a melhoria nos transportes e comunicações e o início da reforma do Porto e do Bairro do Recife começaram a tornar o espaço das ruas convidativo, seduzindo as famílias para passeios, atividades ao ar livre e diversões, tirando-as do isolamento e da reserva da vida doméstica (Couceiro, S., 2003, p.279)

Neste sentido, Couceiro aponta que a modernização alterou as relações sociais, bem como, tais mudanças estavam ligadas a interesses econômicos e sanitários:

No entanto, a modernização da cidade do Recife — impulsionada por interesses econômicos e por ideais de higienização e ordenamento urbano — também atraiu diferentes parcelas da população. Migrantes vindos de diversas regiões contribuíram para a transformação do panorama demográfico do Recife, alterando padrões de convivência e tensionando as relações sociais. Nesse contexto, antigas hierarquias foram reconfiguradas, ao mesmo tempo em que o espaço urbano passou a ser percebido, sobretudo pelas elites, como um ambiente permeado por perigos reais e imaginários, associados à desordem, à criminalidade e a práticas consideradas desviantes (Couceiro, S., 2003, p.279)

Entretanto, é fundamental destacar que esse processo de “melhoramento” urbano não se deu de forma inclusiva. Embora a população negra tenha participado ativamente como força de trabalho nas obras e serviços que viabilizaram tais transformações, ela foi, em grande medida, excluída dos benefícios gerados por esse novo ordenamento da cidade. Assim, enquanto as pessoas negras contribuíam materialmente para a construção de uma cidade mais “moderna” e

criminalizava práticas consideradas “vadiagem”, “capoeiragem” e outras formas de controle sobre populações pobres e libertas no pós-abolição.

salubre, elas permaneciam à margem dos direitos, das oportunidades e dos espaços valorizados, evidenciando as contradições de um projeto urbano que articulava progresso, controle social e exclusão

Segundo o historiador Jônatas Lins Duarte (2018), ao analisar o processo de modernização no Porto do Recife, ele constatou que as intervenções urbanas desconsideraram os impactos sobre as camadas populares, uma vez que “não foram levados em conta os impactos que esta obra acarretaria para a população, principalmente os mais pobres” (Duarte, J., 2018, p.8). Ele analisa que as intervenções para a modernização do porto, em geral, foram mal executadas e que isso contribuiu para piorar as condições de vida dos moradores. Culminando numa profunda crise sanitária que disseminou algumas doenças, como a varíola, e que ampliou o clima de medo no Bairro do Recife. A própria imprensa da época registrou uma consequência direta decorrente da obra no porto do Recife, o *Jornal do Recife* apontou que com as demolições de inúmeros prédios para as obras do porto e a abertura de avenidas, reduziram os espaços de moradia diante do crescimento populacional⁴. Entretanto, enquanto documento produzido por setores letrados, o jornal evidencia limites importantes: embora denuncie a crise habitacional, não explicita os recortes raciais desse processo, silenciando o fato de que a população negra — já marginalizada no pós-abolição — figurava entre os principais grupos atingidos. Assim, a fonte revela, simultaneamente, o agravamento das condições urbanas em Recife e as formas pelas quais essas desigualdades eram parcialmente invisibilizadas no discurso público da época.

Além das reformas estruturais, as transformações tecnológicas também desempenharam papel relevante na reconfiguração da cidade. A introdução dos bondes elétricos em substituição aos de tração animal, por exemplo, tornou os deslocamentos mais rápidos, ampliou a circulação entre diferentes bairros e intensificou a ocupação dos espaços urbanos. Paralelamente, o expressivo número de empresas inglesas que aportaram na cidade, como a *Tramways*, a *Power Company* e a *Western Telegraph*, introduziu serviços inovadores, como iluminação pública elétrica, implementação de rede telefônica e distribuição de gás encanado. Nesse contexto, como destaca Tales de Lima Pedrosa (2021), essas mudanças “modificaram não só o tecido urbano recifense, bem como as sociabilidades e a maneira de experienciar a cidade”. (Pedrosa, T., 2021, p.48).

⁴ HABITAÇÕES. *Jornal do Recife*, Recife, 1 jan. 1915, p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 03 abr. 2026.

Contudo, a modernização do Recife não significou uma ruptura completa com seu passado. Houve uma sobreposição entre o novo e o antigo, marcada pela permanência de elementos coloniais, como a segregação racial e social de pessoas negras e seu limitado acesso a bens e serviços que eram monopolizados para as elites brancas. Revelando que, apesar das tentativas de modernização, a cidade mantinha traços profundos de sua formação histórica.

Em síntese, a invisibilização da população negra nesse processo também se manifesta na historiografia, por meio do chamado “paradigma da ausência” analisado por Álvaro Pereira Nascimento (2016). Segundo o autor, esse termo refere-se à tendência de parte da historiografia em invisibilizar a participação de pessoas negras na história do trabalho, especialmente no pós-abolição. Ao não considerar a dimensão racial, essas análises constroem narrativas incompletas, que reforçam o apagamento das experiências da população afrodescendente e sustentam a ideia de uma transição simples do trabalho escravo para o trabalho livre.

A análise articulada nesta seção entre pós-abolição e modernização urbana permite compreender que as transformações do Recife no início do século XX foram marcadas por profundas contradições. Ao mesmo tempo em que promoveram avanços materiais e tecnológicos, também reforçaram desigualdades sociais e raciais, mantendo a população negra em condições de marginalização. Nesse cenário, tais dinâmicas não se limitaram ao espaço urbano e às relações de trabalho, mas também se manifestaram nas práticas culturais e de lazer, que passaram a refletir e reproduzir essas distinções sociais. É nesse contexto que se inserem os esportes de prestígio, como o remo e o turfe, bem como a introdução do futebol na cidade, temas que serão abordados na sequência.

1.1 Esportes de prestígio: turfe, remo e a chegada do futebol ao Recife

O turfe, entendido como as corridas de cavalos organizadas em hipódromos, consolidou-se no Recife nas últimas décadas do século XIX e início da Primeira República como uma prática fortemente associada aos grupos dirigentes. Segundo o historiador Victor Andrade de Melo (2001) sua introdução está ligada à influência europeia — sobretudo inglesa — em um contexto de intensificação das relações comerciais, financeiras e culturais, no qual hábitos esportivos e formas de sociabilidade foram incorporados ao cotidiano local.

Na capital pernambucana, o turfe era praticado de forma recreativa e com realização de torneios em espaços como o Prado do *Derby*, principal hipódromo da cidade. Reconheço a existência de outros espaços e instituições ligados apenas às corridas de cavalo no Recife, como

o *Jockey Club*, fundado em 1859, responsável pela organização das provas, e o Prado da Piranga, na freguesia de Afogados, frequentemente citado no Diário de Pernambuco e associado a um público mais diverso. Contudo, esta pesquisa privilegia o Prado do *Derby* por sua vinculação com as elites, alinhando-se ao objetivo de analisar o esporte como espaço de distinção social. Sobre o Prado do *Derby*, o historiador Thiago Lindemaier da Rosa (2022) descreve assim sua origem na passagem a seguir:

O Prado Pernambucano tinha como data de inauguração o dia 18 de dezembro de 1887. Entretanto, no dia da inauguração Recife sofreu com fortes chuvas que provocaram o adiamento do evento esportivo. Em decorrência do tempo, o prado foi inaugurado no dia 1º de janeiro de 1888 e contou com os transportes da companhia Ferro Carril, que disponibilizou um grande número de carros extraordinários que levavam os passageiros até a porta do prado – o serviço circularia entre o bairro Madalena e Recife – e o preço da passagem era de 100 réis. (Rosa, T., 2022, p.10)

Esses locais constituíam ambientes privilegiados de diferenciação, negócios e sociabilidade. A própria forma de frequentar o hipódromo evidenciava esse caráter elitizado: “os cavalheiros dirigiam-se ao espaço trajando sobrecasacas, cartolas, portando binóculos a tiracolo, enquanto as damas vestiam amplas saias sustentadas por anquinhas, chapelões ornamentados com flores, plumas e laços”. (Melo, V., 2001, p.11) Assim, nota-se que o deslocamento e a presença nesses eventos se configuravam como verdadeiros rituais de exibição de status e pertencimento social

Para Victor Andrade de Melo (2001) o “turfe articulava duas dimensões centrais: a busca por distinção e as oportunidades econômicas, especialmente por meio das apostas e premiações.” (Melo, V., 2001, p.61) Ele também enfatiza que “o *Jockey* era local ligado a novos setores da elite: aos novos ricos, emergentes, aos intelectuais, aos profissionais liberais aos engenheiros e médicos”. (Melo, V., 2001, p.84) Contudo, apesar de sua visibilidade pública, percebemos que a participação das camadas populares era bastante limitada. Trabalhadores pobres — majoritariamente negros e mestiços no contexto do pós-abolição — estavam presentes de forma marginal, seja como espectadores em posições periféricas, seja como força de trabalho, atuando como cocheiros, tratadores ou vendedores ambulantes. O acesso pleno ao turfe, portanto, como observado até aqui, era restrito às elites, reforçando hierarquias sociais e raciais.

O remo seguiu lógica semelhante. Introduzido no Recife no mesmo contexto de modernização urbana e influência europeia, foi especialmente praticado no Rio Capibaribe, e

organizado em clubes náuticos inspirados em modelos europeus, alguns desses clubes décadas depois incorporaram o futebol aos seus quadros, a exemplo do Clube Náutico Capibaribe⁵. Tratava-se igualmente de um esporte de prestígio, frequentado por membros das elites e setores médios. As camadas populares enfrentavam barreiras de acesso a essa modalidade, tanto econômicas quanto sociais, sendo sua participação restrita ou até inexistente.

Com a ampliação das sociabilidades públicas urbanas no início do século XX, as práticas desportivas tornaram-se instrumentos mobilizados pelas elites para promover espaços de interação social, entretenimento e negócios, além da difusão de comportamentos considerados civilizados e alinhados aos ideais de modernidade. Nesse contexto, esportes como o turfe e o remo consolidaram-se como símbolo de progresso na Primeira República. Entretanto, tais práticas também evidenciaram os limites desse projeto modernizador, uma vez que grande parte da população permanecia à margem desses espaços, reforçando processos de segregação social.

Nos anos de 1910, observou-se uma significativa difusão das agremiações de futebol no Recife. Inicialmente associado às elites, o futebol inseria-se em um contexto mais amplo de modernização urbana e de influência europeia, especialmente inglesa, sobre os hábitos culturais e as práticas de lazer no final do século XIX e início do século XX. Segundo, Givanildo Alves (1978) o esporte chegou à cidade por intermédio de Guilherme de Aquino Fonseca⁶, em fins de 1903, depois de retornar da Inglaterra onde estudou na *Hooton Lown School* durante 5 anos. Sobre esses jovens das elites que tiveram contato com práticas esportivas na Europa. Victor Andrade de Melo (2001) fala que era costume comum para os membros das elites enviarem seus filhos para estudarem em universidades europeias, dado o desenvolvimento tardio do ensino superior no Brasil. Logo, Givanildo Alves (1978) relata que processo semelhante ao de Recife, sobre a chegada do futebol, também aconteceu com “Charles Miller (São Paulo), Oscar Cox (Rio de Janeiro) e José Ferreira Filho (Bahia)”. (Alves, G., 1978, p. 29)

⁵ O Clube Náutico Capibaribe é uma agremiação esportiva sediada na cidade do Recife. Foi fundado em 1901, por um grupo de jovens articulados por Antônio da Cunha Rabelo. Inicialmente voltado aos esportes fluviais, especialmente o Remo, foi incorporado ao futebol apenas em 24 de julho de 1909, com a criação de um departamento de esportes terrestres.

⁶ Foi um Engenheiro pernambucano de família abastada que estudou na Inglaterra, onde teve contato direto com o futebol no início do século XX. Ao retornar ao Recife em 1903, trouxe consigo uma bola, meias, chuteiras e camisas, tornando-se o principal responsável pela chamada introdução dos “esportes bretões” em Pernambuco, pois além do futebol, Guilherme de Aquino Fonseca tinha pretensões de criar um clube com cricket, rugby e tênis. Em 1905, liderou a fundação do Sport Club do Recife, sendo considerado o principal difusor e organizador inicial das práticas futebolísticas no Estado.

Tratava-se de uma modalidade recreativa restrita a indivíduos considerados “aptos” dentro de um modelo de civilidade que valorizava educação formal, prestígio profissional e comportamentos socialmente reconhecidos como polidos. Essas características implicava a exclusão da população negra e das camadas populares. Conforme observa Eduardo José Silva Lima (2013), a narrativa clássica sobre o futebol brasileiro reconhece que “o futebol em suas origens era um esporte extremamente elitista que excluía a participação de negros”. (Lima, E., 2013, p.13) A inserção desses grupos ocorreu apenas alguns anos após a chegada do esporte ao País, marcada por disputas, tensões e processos de resistências, evidenciando que, em seus momentos iniciais, o acesso ao futebol esteve longe de ser democrático e inclusivo.

Dessa forma, o futebol no Recife, assim como em outras regiões do Brasil, deve ser compreendido, em seus primórdios, como uma prática social seletiva, vinculada às elites urbanas e aos ideais europeus de modernidade. Nesse contexto, critérios sociais e raciais atuavam como mecanismos de exclusão, especialmente em relação à população negra. É nesse cenário que emerge Lacraia, considerado o primeiro atleta negro do futebol recifense, cuja trajetória será analisada na próxima seção.

1.2 Lacraia: primeiro jogador negro no futebol institucionalizado em Pernambuco

A presença de Teófilo Batista de Carvalho, o “Lacraia⁷”, no Santa Cruz Futebol Clube⁸ evidencia um processo marcado por inserção restrita e reconhecimento tardio da população negra nos espaços esportivos institucionalizados. Embora o clube o apresente atualmente como personagem central em sua história — atuando como jogador, dirigente e responsável pela elaboração do escudo (Santa Cruz, s.d.) — sua participação na fundação permaneceu por muito tempo à margem das narrativas oficiais, sendo reconhecida de forma mais explícita apenas recentemente, em 2026⁹. Tal postura revela os mecanismos de silenciamento que historicamente marcaram a memória esportiva que lidem com a presença da população negra.

⁷ Embora o apelido “Lacraia” seja frequentemente mencionado por memorialistas e pelo próprio clube, não há, até o momento, evidências documentais que esclareçam a origem dessa denominação. É possível que estivesse relacionado à sua agilidade em campo ou ao seu porte físico franzino; contudo, as fontes disponíveis não permitem confirmar essas hipóteses.

⁸ Agremiação fundada em 1914, no Recife, bairro da Boa Vista, o Santa Cruz Futebol Clube constituiu-se, desde suas origens, como uma agremiação vinculada a setores urbanos não pertencentes às elites tradicionais, sendo frequentemente associado, na historiografia e na memória esportiva, a uma entidade popular e que foi o pioneiro na aceitação de atletas negros no futebol pernambucano.

⁹ Embora tenha participado, ativamente do processo de fundação do clube, Lacraia não constava entre os signatários na ata de fundação, possivelmente por encontrar-se, à época, em processo de realização de exames para ingresso no ensino superior. Seu reconhecimento como fundador só aconteceu, em cerimônia solene, no dia 03 de fevereiro de 2026, aniversário de 112 anos do clube.

Figura 1 - Time do Santa Cruz, em destaque Teófilo Batista de Carvalho, o Lacreia



Autor: Desconhecido, 1915

Dentro de campo, a análise das fontes jornalísticas permite avançar na compreensão de sua atuação concreta. Uma escalação publicada em um amistoso realizado em 18 de agosto de 1915, contra uma equipe formada por atletas ingleses, atesta a participação de Lacreia em jogos relevantes. Tratava-se de partidas que, mesmo amistosas, eram revestidas de grande prestígio, sobretudo por envolverem os idealizadores do futebol, sendo, em alguns casos, consideradas até mais importantes do que os jogos do primeiro campeonato regulamentado pela Liga Sportiva Pernambucana (LSP), que ocorreram de modo simultâneo. Tal evidência indica não apenas sua inserção formal na equipe, mas também o reconhecimento de sua capacidade técnica em contextos de maior exigência competitiva.

O jornal Pequeno noticiou um amistoso no dia 18 de agosto de 1915 da seguinte forma: “Terá lugar, hoje no *ground* do *British Club*, pelas 4 horas da tarde um *match* do *foot-ball* entre os primeiros *teams* do Santa Cruz e *English Team*¹⁰.” E complementa mostrando as respectivas escalações das equipes:

English Team (branco): Goal-keeper. Forster; fall-bcks. Chalmers e Smith; half-backs. Comptom. Henebery e Leach; forwards. Hamkey, Rombothan, Briant, Monteath e Robinson. Santa Cruz (branco e preto): Goal-keeper. I. Just; fall-backs. Bruno e Braz; half-backs. L. Lima, T. Carvalho e M. Pedro;

¹⁰ FOOT-BALL. Jornal Pequeno, Recife, ago. 1915, p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 05 abr. 2026.

forwards. A, Doria, A. Campos, A. Wanderley, M. Rodrigues e J. Silva.
(Jornal Pequeno, 1915, p.2)

A presença de Lacraia em partidas dessa relevância atesta sua inserção nesses circuitos esportivos, ainda marcados pela predominância de times formados por atletas brancos. Contudo, se faz importante destacar que a fonte documental analisada, limitava-se ao registro dos nomes e posições dos jogadores, sem explicitar marcadores raciais. Dessa forma, a identificação de Lacraia enquanto jogador negro não decorre da documentação jornalística, mas do cruzamento de memorialistas, referências bibliográficas e registros históricos de sua trajetória.

Outro aspecto relevante refere-se à sua posição social. Por um lado, o jogador era oriundo de uma família interracial, condição que possivelmente o expôs a experiências sociais marcadas pelo racismo. No entanto, até o momento, não dispomos de informações consistentes acerca de sua trajetória familiar, por outro lado, Lacraia era estudante de Engenharia, filho de médico, o que indica sua inserção em circuitos de formação valorizados e pode ter funcionado como um elemento de mediação para sua aceitação em um espaço esportivo que valorizava o ideal de “*sportsmen*”. Segundo o historiador Vitor Henrique Tontini Steurer (2025), “O *sportsmen* era mais do que um atleta: representava um ideal burguês de comportamento” (Steurer, V., 2025, p.65). O autor analisa que a prática esportiva associada a esse ideal estava vinculada a valores como disciplina, elegância, moralidade e cavalheirismo. Assim, o esporte tornava-se um espaço onde se reafirmavam hierarquias de classe e padrões culturais da elite. Dessa forma, sua presença revela não apenas uma exceção racial, mas também a importância de marcadores de classe e escolarização na definição de quem podia acessar esses espaços.

Logo, longe de indicar um processo de inclusão ampla, a trajetória de Lacraia aponta para uma inserção seletiva, marcada por desigualdades e exceções. Sua atuação em jogos importantes e sua relevância na formação do clube contrastam com o tardio reconhecimento de sua importância, evidenciando as tensões entre presença, visibilidade e memória na história do futebol recifense. Nesse contexto, se torna possível avançar para a análise de formação dos clubes de futebol no Recife no início do século XX, compreendendo-os não apenas como espaços de prática futebolística, mas como instâncias de organização e reprodução dessas hierarquias sociais e raciais abordadas até aqui.

2. Formação dos clubes de futebol em Recife

A análise da formação dos clubes de futebol ¹¹no Recife, parte de uma abordagem geral desse processo, buscando identificar padrões e dinâmicas comuns na constituição dessas agremiações, sem se restringir à trajetória específica de um único clube, mas privilegiando uma leitura mais abrangente do contexto histórico e social em que se inserem. Nesse sentido, podemos iniciar essa discussão a partir de um elemento central para a organização e difusão do esporte: a sistematização de suas regras. Conforme registra Givanildo Alves (1978) neste fragmento:

“Em 1910, os jornais publicaram as regras do futebol association. A divulgação das regras do jogo dissipou várias dúvidas que se estabeleciam, uma vez que muitos ainda confundiam as regras do futebol com as do cricket. Para resolver este impasse, chamava-se logo um inglês e inglês era o que não faltava no Recife do início deste século” (ALVES, G., 1978 p. 41).

Embora esse processo tenha contribuído para a padronização da prática e sua maior difusão, ele não significou, necessariamente, democratização do acesso ao *Foot-ball association*¹². Ao contrário, a própria mediação do conhecimento por agentes ligados à comunidade inglesa e às elites locais evidencia que o domínio das regras e dos códigos do jogo, constituía também uma barreira simbólica, restringindo a participação nos clubes, destes indivíduos que não compartilhavam desses circuitos sociais, especialmente a população negra pertencentes a camadas populares.

Essa dimensão excludente se torna ainda mais evidente quando articulada às interpretações Eduardo José Silva Lima (2011), que destaca que “para a elite pernambucana jogar futebol era como tomar o chá das cinco ou utilizar roupas francesas, eram hábitos culturais construídos socialmente que visavam uma distinção social”. (Lima, E., 2011, p.12) Tal perspectiva converge com a análise desenvolvida por Leonardo Affonso de Miranda Pereira (1998), ao demonstrar que, nas primeiras décadas do século XX, “o futebol era praticado em espaços seletivos e sua prática estava condicionada apenas aos sócios do clube”. (Pereira, L., 1998, p.19) No contexto recifense, clubes como o Sport Club do Recife (1905) ¹³e o Clube

¹¹ A fundação desses clubes esportivos estava diretamente relacionada a consolidação de espaços de sociabilidade das elites urbanas, funcionando como ambientes de construção de identidades coletivas e difusão de valores associados a modernidade, civilidade e refinamento. Nessas agremiações, os grupos mais abastados fortaleciam redes de relações e reafirmavam práticas culturais consideradas adequadas naquele contexto.

¹² Expressão utilizada para designar o futebol praticado segundo as regras padronizadas pela *The Football Association*, fundada em 1863 na Inglaterra. O termo surgiu para diferenciar essa modalidade de outras práticas semelhantes, como o Cricket, sendo posteriormente abreviado em alguns contextos como “*soccer*”.

¹³ O Sport Club do Recife é uma agremiação esportiva fundada em 13 de maio de 1905, na cidade do Recife, por Guilherme de Aquino Fonseca, jovem pernambucano que trouxe ao estado a prática do futebol após período de

Náutico Capibaribe (1901), por exemplo, reproduziam esse padrão, funcionando como espaços de sociabilidade restritos, nos quais a presença negra era, não formalmente proibida, mas socialmente desestimulada.

Desse modo, ainda que o futebol tenha passado por um processo de expansão e maior visibilidade ao longo das primeiras décadas do século XX, a estrutura inicial na formação dos clubes estava marcada por práticas de exclusão e hierarquização racial. A apropriação do esporte pelas camadas populares — destacada por Eduardo José Silva Lima (2011) — não eliminou essas barreiras, mas antes as tensionou, produzindo um campo esportivo atravessado por disputas em torno do pertencimento e da legitimidade. Nesse sentido, a compreensão dessas dinâmicas de exclusão nos clubes de futebol no Recife, permite avançar para uma análise acerca do primeiro campeonato tutelado pela Liga Sportiva Pernambucana¹⁴.

2.2 Institucionalizado: primeiro campeonato pernambucano de futebol

A criação da Liga Sportiva Pernambucana, em 1915, deve ser compreendida para além de um simples marco esportivo, inserindo-se em um contexto social profundamente marcado por distinções de classe e raça analisados neste trabalho. Como vimos, o futebol, naquele momento, ainda era uma prática fortemente associada às elites urbanas do Recife, funcionando como espaço de sociabilidade restrito e seletivo. Nesse sentido, a organização da liga representou não apenas a institucionalização do esporte, mas também a consolidação de mecanismos de exclusão que refletiam as hierarquias sociais vigentes.

As primeiras conversas sobre a criação da Liga Sportiva Pernambucana ocorreram:

Em 16 de Junho de 1915, houve a primeira sessão com os representantes do Centro Sportivo do Peres; João de Barros *Foot-Ball* Club; Sport Club Flamengo; Agros Sport Club e Santa Cruz Futebol Clube, tendo se discutido as bases fundamentais de uma Liga de Sports para Pernambuco, terminando por se fundar a Liga Sportiva Pernambucana e nomeada uma Comissão para cuidar de seu Estatuto o qual foi aprovado em julho do mesmo ano. (FPF, 1955, p. 1)

estudos na Inglaterra. O Sport foi o primeiro clube da cidade a adotar o futebol de forma estruturada desde sua origem.

¹⁴ Entidade criada em 1915 no Recife com a finalidade de organizar, regulamentar e institucionalizar as competições de futebol no estado de Pernambuco, refletindo o processo de consolidação do esporte como prática associada às elites urbanas e à estruturação de ligas esportivas no início do século XX.

Ganhando destaque na imprensa no dia 03 de agosto de 1915, através do Jornal Pequeno¹⁵:

“Communicaram nos a criação nesta cidade de uma liga de foot-ball entre os seguintes clubes: Centro Sportivo do Peres, Torres Sport Club, Sport Club Flamengo, João de Barros Foot-ball Club, Colligação Sportiva Recifense e Santa Cruz Foot-ball Club, que tem o importante fim de desenvolver esse sport no Recife. O nome da referida agremiação será Liga Sportiva Pernambucana”. (Jornal Pequeno, 1915, p.2)

A pesquisa que resultou neste artigo não teve acesso à ata de fundação da Liga Sportiva Pernambucana, o que limita a análise das disputas em seu processo inicial de organização, em 1915. Embora o estatuto de 1955 esteja disponível para consulta, optou-se por não realizar uma análise aprofundada de seus artigos, por se tratar de um documento produzido em um contexto posterior, marcado por transformações sociais e maior inserção de jogadores negros no futebol. Desse modo, a única informação utilizada desse estatuto refere-se ao registro do primeiro encontro para a formação da liga. Assim, privilegiaram-se fontes mais próximas ao período da fundação e do primeiro campeonato, evitando anacronismos e preservando a coerência do recorte social e racial proposto pelo trabalho.

Logo, a criação da Liga ocorreu em meio a disputas entre grupos dirigentes, evidenciando que o processo esteve longe de ser consensual. As divergências em torno da composição da diretoria e da condução administrativa revelam tensões internas entre os clubes fundadores, indicando que a organização inicial do futebol pernambucano foi marcada por negociações e conflitos de poder.

Nesse sentido, conforme aponta Givanildo Alves (2000), a Liga realizou sua primeira eleição em 7 de julho, quando foram definidos, por meio de votação, os membros da diretoria. Segundo Givanildo Alves (2000) a eleição teve o seguinte resultado:

“A 7 de julho é realizada a primeira eleição da entidade, saindo vitorioso o sr. Alcebíades Braga, que era presidente do Sport Club Flamengo, um dos fundadores da LSP. O resultado foi este: presidente Alcebíades Braga, 7 votos; vice, Olinto Jácome, 8; primeiro secretário, Anísio Araújo, 8; segundo secretário, José Albuquerque, 9; tesoureiro, Aristheu Accioly Lins, 7; orador, Luiz Machado Dias, 10; vice, Alberto Campos, 7; presidente da comissão de jogos, José Orange, 9 votos.” (Alves, G., 2000, p.15)

¹⁵ FOOT-BALL. Jornal Pequeno, Recife, ago. 1915, p. 2. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 25 abr. 2026.

Contudo, a aparente institucionalização rapidamente deu lugar a uma crise. Após a realização de um amistoso no dia 12 de setembro entre a seleção da Liga e os ingleses residentes no Recife — ocorrido no campo do British Club, espaço murado que permitia a cobrança de ingressos e, portanto, a arrecadação de recursos — surgiram questionamentos sobre a gestão financeira. Em assembleia realizada em 17 de setembro, Alcebíades Braga¹⁶ não apresentou a devida prestação de contas, o que resultou em sua renúncia. A crise culminou em um novo pleito, que elegeu outra diretoria, contando inclusive com a participação de militares em sua composição, evidenciando a reconfiguração das forças políticas no interior da entidade. Segundo Givanildo Alves (2000) a nova gestão da LSP ficou assim composta:

“A nova diretoria ficou assim composta: presidente, tenente Henrique da Silva Jacques; vice, Olinto Jácome; 1º secretário, João Elias Bernardo; 2º secretário, José Alburquerque; orador, Mário Pinto; vice, Braz Croccia; tesoureiro, Luiz Machado Dias, e presidente da comissão de jogos, tenente Melchior de Mello, que servia na Escola de Aprendizes Marinheiros.” (Alves, G., 2000, p. 22)

Sob a ótica social e racial, é importante destacar que a formação da Liga e a organização do campeonato excluía, de forma direta ou indireta, setores populares e indivíduos racializados. A exigência de determinados padrões de conduta, bem como os custos associados à participação nos clubes, funcionava como barreiras que limitavam o acesso ao esporte. Dessa forma, o futebol em Pernambuco, em seu momento inicial, reproduzia as desigualdades estruturais da sociedade brasileira do início do século XX.

O primeiro Campeonato Pernambucano, realizado em 1915, contou com a participação de apenas os seis clubes filiados à Liga Sportiva Pernambucana, evidenciando o caráter ainda restrito da competição, que, por exemplo, excluiu equipes do interior. Ao final do torneio, o Sport Club Flamengo, time que tinha seu nome inspirado no Clube de Regatas Flamengo por conta da simpatia dos seus associados ao homólogo carioca, sagrou-se campeão da primeira edição, consolidando-se como pioneiro na história da competição estadual.

Outro aspecto relevante refere-se à ausência de clubes que posteriormente se tornariam centrais no futebol pernambucano, como o Sport Club do Recife e o Clube Náutico Capibaribe. A não participação dessas agremiações no campeonato inaugural pode ser interpretada à luz das disputas institucionais e dos critérios de organização da Liga, além das diferentes prioridades

¹⁶ Primeiro Presidente da Liga Sportiva Pernambucana (LSP), eleito em 07 de julho de 1915, permanecendo no cargo até sua renúncia em 17 de setembro do mesmo ano. À época, também exercia a presidência do Sport Club Flamengo, clube formador da Liga e primeiro campeão.

esportivas e administrativas desses clubes naquele momento, que privilegiavam amistosos contra equipes formadas por ingleses ou de outros estados, eventos considerados mais prestigiados. Tal ausência reforça a ideia de que o processo de estruturação do futebol pernambucano foi gradual e marcado por exclusões e rearranjos institucionais.

Por fim, a análise das disputas internas permite avançar também na compreensão das dinâmicas políticas e sociais que estruturavam o futebol local. No caso do Santa Cruz Futebol Clube, clube participante do processo de fundação da Liga, como analisamos, destaca-se a figura de Lacraia, que além de jogador, tinha atuação política no interior da agremiação, mas não nem se quer participou das duas eleições realizadas. Esse dado evidencia que os espaços decisórios permaneciam restritos, sendo ocupados majoritariamente por homens brancos, o que reforça a leitura do futebol como um campo de poder marcado por exclusões sociais e raciais.

Portanto, a criação da Liga Sportiva Pernambucana e a realização do primeiro campeonato estadual não devem ser compreendidas como eventos lineares ou harmoniosos, mas como processos históricos atravessados por conflitos, disputas políticas e práticas excludentes, fundamentais para entender a consolidação do futebol como elemento da cultura urbana recifense.

3. Barreiras de exclusão no futebol

A consolidação do futebol brasileiro esteve marcadamente ligada a mecanismos de exclusão racial e social que delimitavam quais sujeitos poderiam ocupar os espaços de prestígio dentro do esporte. Nas primeiras décadas do século XX, o futebol ainda era concebido como uma prática elitizada, associada aos chamados *sportsmen*, termo utilizado para designar homens ligados às elites urbanas, brancas e socialmente privilegiadas. Nesse contexto, o pertencimento racial e de classe funcionava como critério de acesso e legitimidade dentro dos clubes e associações esportivas.

A noção de *sportsmen* dialoga diretamente com o conceito de branquitude discutido por Lia Schucman (2012). Para a autora, a branquitude¹⁷ deve ser entendida como um lugar estrutural de privilégios materiais e simbólicos, no qual a identidade branca é tomada como norma social e cultural. Dessa forma, os espaços esportivos das elites brasileiras eram estruturados a partir da valorização da branquitude enquanto símbolo de civilidade, distinção

¹⁷ Conceito que descreve a identidade racial e a posição de privilégio estrutural, material e simbólico ocupada por pessoas brancas em sociedades marcadas pelo racismo.

social e superioridade moral. O futebol, portanto, não se restringia apenas a uma prática esportiva de recreação, mas também funcionava como espaço de reprodução das hierarquias raciais da sociedade brasileira.

Nesse cenário, a trajetória de Lacerda revela importantes contradições acerca das fronteiras raciais existentes no futebol da época. Sua inserção nesse universo não significou o rompimento completo das barreiras impostas aos sujeitos negros, mas evidenciou como determinados indivíduos conseguiam acessar espaços historicamente restritos por ocuparem posições sociais intermediárias. Filho de médico, estudante de engenharia e identificado dentro do fruto de uma relação conjugal interracial, Lacerda encontrava-se em uma zona de fronteira entre a exclusão racial e certos privilégios sociais que lhe permitiam circular em ambientes negados à maior parte da população negra.

A experiência de Lacerda demonstra que a inclusão de atletas negros no futebol brasileiro não ocorreu de maneira ampla e democrática. Ao contrário, ela esteve condicionada à proximidade com elementos valorizados pela lógica da branquitude, como posição social, capital cultural e formas de embranquecimento simbólico. Conforme argumenta Schucman, a branquitude opera como estrutura de poder que naturaliza privilégios e estabelece mecanismos de diferenciação social. Assim, mesmo quando sujeitos negros conseguiam penetrar nesses espaços, sua permanência frequentemente dependia da adequação a padrões estabelecidos pelas elites brancas.

Os estudos de Lia Schucman (2012) sobre branquitude apontam que o branco foi historicamente construído como referência universal e normativa, enquanto os demais grupos raciais eram vistos como desvios dessa norma. Tal lógica esteve presente no futebol brasileiro desde seus primórdios, sobretudo quando clubes buscavam preservar uma imagem aristocrática vinculada à ideia de refinamento social. Nesse sentido, o termo *sportsmen* não designava apenas praticantes do esporte, mas também um ideal de masculinidade branca, elitizada, polida e com reputação ilibada.

Além disso, a própria construção histórica da branquitude esteve associada à ideia de distinção social e nobreza. Conforme demonstra Marcus Vinicius de Freitas Rosa (2023), os significados da branquitude no Brasil escravista relacionavam-se diretamente a posições de poder e vantagem estrutural. Logo, o futebol reproduziu práticas sociais herdadas de uma sociedade marcada pela exclusão racial, na qual ser branco representava não apenas uma característica fenotípica, mas também um marcador de status e pertencimento social.

Desse modo, a trajetória de Laceria, permite compreender como as barreiras de exclusão no futebol operavam de forma complexa e seletiva. Sua presença em espaços destinados aos *sportsmen* não anulava o racismo estrutural existente no futebol brasileiro, mostrava justamente as tensões e contradições de uma sociedade que permitia exceções individuais sem romper efetivamente com as estruturas de privilégio racial.

3.1 Racismo estrutural no futebol: herança do passado e persistência no presente

O racismo no futebol brasileiro não pode ser compreendido como um fenômeno isolado ou restrito a atos individuais ocorridos dentro dos estádios. Trata-se, na realidade, de uma manifestação histórica e estrutural das desigualdades raciais construídas desde o período escravista e perpetuadas no pós-abolição. Nesse sentido, o futebol, embora frequentemente apresentado como símbolo da democracia racial brasileira, reproduz as contradições sociais e raciais presentes na própria formação histórica do país.

A construção social do futebol brasileiro esteve profundamente vinculada às questões raciais desde o início do século XX. Conforme destacam Marcel de Almeida Freitas (2024) e Gabriel Salgado Ribeiro de Sá (2024), o futebol brasileiro foi marcado por interpretações deterministas que associavam o sucesso esportivo de jogadores negros e mestiços a características biológicas e raciais, reforçando discursos racializados e essencialistas. A partir da década de 1930, intelectuais como Gilberto Freyre passaram a defender a ideia de que a miscigenação teria produzido um estilo de jogo “genuinamente brasileiro”, marcado pela ginga, improvisação e criatividade atribuídas aos corpos negros e mestiços. Embora esse discurso aparentasse valorizar a presença negra no futebol, ele também contribuiu para consolidar o mito da democracia racial, sustentando a falsa ideia de que o esporte seria um espaço de igualdade racial.

Nesse contexto, o futebol passou a ser interpretado como um local onde as diferenças sociais e raciais seriam apagadas em nome da identidade nacional. Entretanto, tal narrativa ocultou as permanências do racismo estrutural no interior da sociedade brasileira. Como afirmam os autores “o futebol contribuiu historicamente para sustentar a “ilusão de igualdade”, enquanto as barreiras sociais e raciais continuaram presentes”. (Freitas, M.; Sá, Gabriel., 2024, p.249) Dessa maneira, mesmo com a ampla participação de jogadores negros dentro de campo, os espaços de comando, gestão e poder permaneceram majoritariamente ocupados por indivíduos brancos, evidenciando a manutenção das hierarquias raciais.

A permanência dessas estruturas pode ser percebida na atualidade através do crescimento dos casos de racismo no futebol brasileiro. Dados divulgados pelo Observatório da Discriminação Racial no Futebol¹⁸ (2023) revelam que, apesar do aumento das campanhas antirracistas, os episódios de discriminação racial continuam crescendo. Segundo a matéria redigida por Pedro Peduzzi (2025), em 2014, primeiro ano do levantamento realizado pelo Observatório, foram registrados 36 casos de racismo no futebol brasileiro e internacional. Em 2019, esse número saltou para 159 ocorrências. Após uma redução momentânea durante a pandemia de Covid-19, quando foram contabilizados 81 casos em 2020, os índices voltaram a crescer significativamente: 158 casos em 2021, 233 em 2022 e 250 em 2023, última edição publicada.

Os dados também demonstram que o problema possui forte dimensão regional e estrutural. O Rio Grande do Sul lidera o ranking nacional de casos registrados entre 2014 e 2023, concentrando 89 ocorrências, o equivalente a 24,45% dos incidentes mapeados no país. Em seguida aparecem São Paulo, com 57 casos, Minas Gerais, com 34, Rio de Janeiro, com 25, e Paraná, com 23 ocorrências. Regionalmente, Sul e Sudeste concentram 68% dos casos de racismo registrados no futebol brasileiro desde 2014, evidenciando como o preconceito racial permanece enraizado em diferentes territórios do País.

Esses números revelam que o racismo no futebol não representa uma exceção, mas sim a continuidade de estruturas históricas herdadas do período escravista e do pós-abolição. Conforme discutem Regina Célia Lima Xavier (2025) e Aristeu Elisandro Machado Lopes (2025), a escravidão constituiu um dos principais pilares da formação econômica e social do Brasil. Mesmo após a abolição formal da escravidão em 1888, a população negra continuou submetida a mecanismos de exclusão social, marginalização econômica e invisibilização histórica. Dessa forma, o racismo contemporâneo deve ser entendido como resultado de processos históricos de longa duração, que moldaram as relações sociais brasileiras.

Além disso, o próprio processo de racialização da sociedade brasileira contribuiu para consolidar estereótipos e desigualdades. A obra *Escravidão e Liberdade: debates sobre tráfico, racialização e protagonismo negro* demonstra como os mecanismos históricos de racialização foram fundamentais para a construção das hierarquias sociais no Brasil. No futebol, essas estruturas se manifestam tanto em insultos racistas direcionados aos jogadores negros quanto

¹⁸ Projeto brasileiro criado em 2014, idealizado por Marcelo Carvalho, que monitora, compila e divulga casos de racismo e outras formas de preconceito no esporte.

na naturalização de discursos que associam atletas negros exclusivamente à força física, velocidade ou improvisação, enquanto características relacionadas à inteligência tática e liderança frequentemente são atribuídas a jogadores brancos.

Assim, o crescimento dos casos de racismo no futebol brasileiro, ainda evidencia os limites institucionais que não enfrentam as raízes estruturais do problema. O combate ao racismo exige transformações sociais profundas, capazes de enfrentar as desigualdades históricas produzidas pelo escravismo, pelo mito da democracia racial e pela permanência das estruturas de exclusão racial no Brasil contemporâneo.

Portanto, discutir o racismo no futebol significa compreender que o esporte funciona como reflexo da própria sociedade brasileira. Embora o futebol contemporâneo seja marcado pela ampla presença de jogadores negros e tenha deixado de ser apenas uma prática recreativa das elites brancas para consolidar-se como uma atividade profissional e de grande impacto social e econômico, as estruturas de exclusão racial permanecem presentes nesse meio. Os episódios de discriminação racial observados atualmente não são desvios isolados, mas expressões de uma herança histórica construída ao longo de séculos de escravidão, racialização e exclusão social. Dessa maneira, o futebol revela que, mesmo diante das transformações ocorridas ao longo do tempo e da centralidade dos atletas negros dentro do esporte, o passado escravista brasileiro permanece vivo no presente, reproduzindo desigualdades e reafirmando a necessidade de um enfrentamento efetivo ao racismo estrutural.

Considerações Finais

O racismo no futebol brasileiro não pode ser compreendido como um fenômeno isolado ou restrito a atos individuais ocorridos dentro dos estádios. Trata-se, na realidade, de uma manifestação histórica e estrutural das desigualdades raciais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender que a inserção da população negra no futebol institucionalizado pernambucano ocorreu de maneira profundamente desigual, marcada pelas permanências das hierarquias sociais e raciais construídas no pós-abolição. Longe de representar um espaço democrático desde suas origens, o futebol constituiu-se, nas primeiras décadas do século XX, como um ambiente associado às elites urbanas e aos ideais de civilidade, distinção social e modernidade europeia.

Ao investigar o contexto de modernização urbana do Recife, observou-se que os avanços materiais e tecnológicos promovidos no período republicano não significaram inclusão

social ampla. Pelo contrário, tais transformações coexistiram com mecanismos de marginalização da população negra, que permaneceu afastada dos espaços de prestígio político, econômico e cultural. Essas dinâmicas também se refletiram no universo esportivo, especialmente em modalidades como o turfe, o remo e o futebol.

Nesse cenário, a trajetória de Teófilo Batista de Carvalho, o Lacaia, revelou-se fundamental para compreender as contradições presentes no processo de inserção de atletas negros no futebol pernambucano. Sua presença em espaços tradicionalmente destinados às elites evidencia que o acesso da população negra ao esporte ocorria de forma seletiva, frequentemente condicionado a fatores como escolarização, posição social e adequação a padrões valorizados pelas elites brancas. Assim, sua experiência não representa a superação das barreiras raciais, mas sim as tensões existentes entre exclusão, reconhecimento e invisibilização histórica.

Da mesma forma, a análise da formação dos clubes e da Liga Sportiva Pernambucana demonstrou que a institucionalização do futebol em Pernambuco esteve atravessada por disputas políticas, critérios de pertencimento e mecanismos de exclusão social. Os espaços de decisão e organização do esporte permaneceram restritos, reproduzindo as desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira do período.

Por fim, o trabalho também evidenciou que o racismo no futebol não pode ser compreendido apenas como prática isolada ou comportamento individual, mas como manifestação histórica de estruturas sociais construídas ao longo de séculos de escravidão e exclusão racial. Embora o futebol contemporâneo tenha se transformado em um espaço de ampla participação de atletas negros, as desigualdades raciais permanecem presentes, sobretudo nos espaços de poder, representação e reconhecimento.

Dessa maneira, compreender a formação do futebol pernambucano a partir das relações raciais permite ampliar o debate historiográfico sobre esporte, pós-abolição e racismo estrutural no Brasil. Ao trazer à centralidade sujeitos historicamente invisibilizados, como Lacaia, esta pesquisa busca contribuir para uma leitura crítica da história do futebol brasileiro, evidenciando que o esporte também constitui um espaço de disputa por memória, pertencimento e reconhecimento social.

Referências

ALVES, Givanildo. História do futebol em Pernambuco. Recife: CEPE, 1978.

ALVES, Givanildo. 85 anos de bola rolando: Federação Pernambucana de Futebol (1915–1999). Recife: Editora Bagaço, 2000.

COUCEIRO, Sylvia Costa. Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920. 2003. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

DUARTE, Jônatas Lins. Modernização do porto e do bairro do Recife: impactos causados pelas obras na população da freguesia (1909–1914). 2018. p.1-217. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

FREITAS, Marcel de Almeida; SÁ, Gabriel Salgado Ribeiro de. Determinismo racial e o futebol brasileiro: algumas reflexões sobre o racismo estrutural desde a década de 1930. Outros Tempos: Pesquisa em Foco – História, v. 22, n. 39, p. 246–271, 2025. DOI: <https://doi.org/10.18817/ot.v22i39.1182>.

LIMA, Eduardo José Silva. Da chegada à institucionalização: os primeiros passos do futebol pernambucano. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1–16.

LIMA, Eduardo José Silva. Recife entra em campo: história social do futebol no Recife (1905–1937). 2013. p.1-139 . Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) — Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.

MELO, Victor Andrade de. Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016. DOI: 10.1590/S2178-14942016000300003.

OBSERVATÓRIO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO FUTEBOL. Relatório anual da discriminação racial no futebol. Porto Alegre: Observatório da Discriminação Racial no Futebol, 2014–2025. Disponível em: <https://observatorioracialfutebol.com.br>. Acesso em: 17 maio 2026.

PAULINO, Silvia Campos; OLIVEIRA, Rosane. Vadiagem e as novas formas de controle da população negra urbana pós-abolição. *Direito em Movimento*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 94-110, 1. sem. 2020.

PEDROSA, Tales de Lima. O Recife no caminho dos bondes elétricos: leituras de uma cidade em transformação. 2021. p.1-100 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

PEDUZZI, Pedro. Racismo no futebol cresce, apesar de campanhas, 19 no Observatório. agenciabrasil.ebc.com.br. Brasília, 5 abr. 2025. Acesso em: 18 maio 2026.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902–1938). 1998. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

ROCHA, Anna Carolina de Carvalho; ALVES, Erika Cristina Silva. A discriminação da população negra no mercado de trabalho brasileiro pós-abolição. *Revista Iniciação & Formação Docente*, v. 8, n. 2, p. 1-13, 2021. ISSN 2359-1064.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. “Entre nós, o branco quer logo ser nobre”: significados da branquitude no Brasil escravista. *História, Histórias*, v. 11, n. 21, p. 7-45, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rhh.v11i21.51739>. Acesso em: 1 maio 2026.

ROSA, Thiago Lindemaier da. O apogeu do turfe em Pernambuco: uma análise dos clubes de prática equestre em Recife (1888). In: *Anais do XVI Encontro Estadual de História da ANPUH-RS*. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2022. p. 1-16.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

STEURER, Vitor Henrique Tontini. Na aurora dos sportsmen: as inspirações e aspirações do Figueirense Foot-ball Club na década de sua fundação (1921-1929). 2025. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

XAVIER, Regina Célia Lima; LOPES, Aristeu Elisandro Machado (org.). Escravidão e liberdade: debates sobre tráfico, racialização e protagonismo negro. São Leopoldo, RS: Casa Leiria, 2025. p.1-396

Acervos Documentais

FEDERAÇÃO PERNAMBUCANA DE FUTEBOL. Estatuto. Recife: Federação Pernambucana de Futebol, 1955. Acesso em: 28 de março de 2026.

JORNAL DO RECIFE. Recife, 1914–1915. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 03 de abril de 2026.

JORNAL PEQUENO. Recife, 1914–1915. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 25 de abril de 2026.

Anexo – Diretrizes para Autores da Revista Rural & Urbano

As submissões enviadas à Revista Rural & Urbano devem seguir as seguintes diretrizes:

1. Avaliação e escopo

- Os textos submetidos serão avaliados por membros do corpo editorial em sistema de avaliação às cegas, reservando-se à Comissão Editorial o direito de aprovar integralmente, aprovar com ressalvas ou recusar a submissão.
- Em caso de aprovação com ressalvas, os textos serão devolvidos aos autores para correção conforme as sugestões dos avaliadores.
- Pareceres conflitantes serão resolvidos mediante solicitação de um terceiro parecer.
- A revista recebe textos em português, inglês, espanhol e alemão, desde que se enquadrem no escopo temático da publicação.
- O artigo submetido pode ter até um autor e dois coautores.

2. Autoria e orientações específicas

- A revista aceita artigos de mestres, doutores, mestrandos, doutorandos, especialistas e graduandos.
- Estudantes de graduação e especialização devem encaminhar carta de anuência do orientador, assinada via SOU.GOV, confirmando a coautoria.
- Não serão aceitos artigos de estudantes de graduação sem a coautoria de um professor orientador.
- A revista não publica mais de um artigo do mesmo autor na mesma edição.

3. Formatação e template

- É obrigatório o uso do template disponível no site da revista. Artigos fora do modelo serão devolvidos.
- Os textos devem ter entre 15 e 20 páginas, incluindo referências, notas, tabelas, gráficos e ilustrações.
- O artigo deve conter título em português e em inglês.
- Os autores devem excluir do texto qualquer identificação pessoal, como nome, e-mail, vínculo institucional ou informações de autoria (inclusive nos metadados do Word).

4. Estrutura textual

- O resumo deve ter até 200 palavras, espaçamento simples e sem recuo.
- Devem ser indicadas de três a cinco palavras-chave em português e inglês, em letra minúscula (exceto siglas e nomes próprios).
- Textos em língua estrangeira devem conter título, resumo e palavras-chave em português e inglês.

5. Formatação técnica

- Arquivo em Word, OpenOffice ou RTF, com espaçamento 1,5, fonte Times New Roman 12, e notas de rodapé em corpo 10.
- Formato A4, com margens: superior e esquerda 3 cm; inferior e direita 2 cm.
- Citações diretas: fonte 11, espaçamento simples.
- Título principal: fonte 24, negrito, apenas a primeira letra maiúscula, centralizado.

- Título em inglês: fonte 12, mesmo padrão de capitalização e centralização.
- Subtítulos: fonte 12, negrito, alinhado à esquerda, com inicial maiúscula.
- Não criar seções automáticas no Word.
- O início de cada parágrafo deve ter recuo de 1,25 cm, sem espaçamento entre parágrafos (configurar “0 pt” antes e depois).

6. Tabelas, figuras e imagens

- Devem ter mínimo de 300 dpi, coloridas ou em preto e branco.
- Inseridas centralizadas no texto, com numeração sequencial, título explicativo acima (fonte 12) e indicação de autor/fonte abaixo (fonte 10).
- Elementos devem ser citados no corpo do texto e não inseridos em anexo.
- Quando de autoria própria, indicar: Autoria própria, ano.

7. Citações e notas

- Citações diretas com menos de três linhas: no corpo do texto, entre aspas, fonte igual ao texto.

Exemplo: (Silva, M., 2024, p. 10).

- Citações diretas com mais de três linhas: recuo de 4 cm, sem aspas ou itálico, fonte 11, espaçamento simples, justificado.

Exemplo: (Silva, M., 2024, p. 10).

- Citações em idioma estrangeiro devem ser acompanhadas de tradução em nota de rodapé.
- Notas de rodapé: numeradas, colocadas ao final da página, de cunho exclusivamente explicativo (não bibliográfico).

8. Referências

- As referências devem aparecer ao final do texto, listadas em ordem alfabética, com espaço simples entre linhas e separação de uma linha entre itens.
- O nome do autor deve ser repetido, e não substituído por traço.
- Seguir rigorosamente a NBR 6023/2018 (ABNT).
- Devem constar apenas as obras citadas no corpo do texto.

9. Metadados e informações obrigatórias

- No ato da submissão, preencher todos os metadados: título e resumo em português e inglês, palavras-chave em ambos os idiomas (em letra minúscula e separadas).
- Inserir referências idênticas às do texto, separadas por uma linha.
- Informar afiliação institucional, cidade e estado, e ORCID.
- Autores brasileiros devem possuir Currículo Lattes atualizado.

10. Taxas e prazos

- O processo de submissão é gratuito, assim como o acesso a todo o conteúdo publicado.
- A revista procura cumprir o prazo de até quatro meses entre o envio do original e a aprovação final.

Considerações finais

Este anexo tem como finalidade facilitar a avaliação do TCC, apresentando de forma clara as diretrizes editoriais da revista acadêmica utilizada como modelo. Sua leitura deve ser feita em conjunto com o corpo principal do trabalho. Link oficial: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ruralurbano>

Fonte das informações: Seção “Submissões” da revista Rural & Urbano. Acesso em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/about/submissions> Acesso em: 29 de maio de 2026, às 10h.